

Bônus demográfico, crescimento econômico e redução da pobreza no Brasil

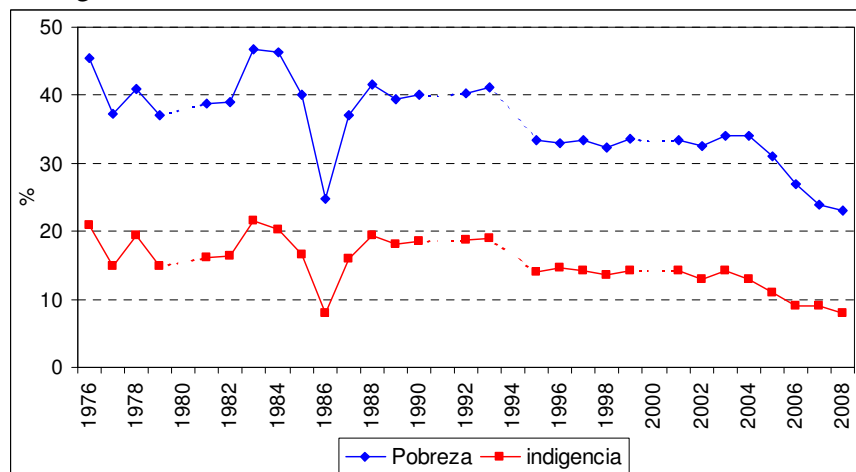
José Eustáquio Diniz Alvesⁱ

As eleições de 2010 nem começaram de fato, mas já existe uma grande quantidade de textos circulando na Internet comparando o desempenho econômico e social dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Nem sempre estes textos primam pela imparcialidade e pelo rigor acadêmico.

O fato é que, anteriormente a estes dois últimos presidentes, o Brasil foi o país que apresentou o maior crescimento econômico, em termos absolutos, no século XX. A população aumentou dez vezes, passando de pouco mais de 17 milhões, em 1900, para 170 milhões no ano 2000. O Produto Interno Bruto (PIB), por seu lado, cresceu 127 vezes, representando um aumento de 12,7 vezes no PIB per capita (ou 2,6%, em média, ao ano). Em 100 anos, o país passou por grandes transformações urbanas, demográficas, sociais e econômicas e se tornou um dos 10 maiores países do mundo em tamanho do PIB. Não existem muitos dados sobre as condições de pobreza na primeira metade do século XX, mas, sem dúvida, o Brasil deixou para trás a figura típica do Jeca Tatu (na caracterização de Monteiro Lobato) e as altas taxas de mortalidade e analfabetismo e avançou nas condições de consumo, habitação, saneamento e acesso à energia elétrica, embora muito falte ser feito e o país esteja em septuagésimo lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os dois últimos presidentes do Brasil herdaram coisas boas e ruins. As mudanças demográficas podem ser contabilizadas no lado positivo. A pior herança foi o baixo crescimento econômico, os altos índices de inflação e o aumento da pobreza durante a década dos anos 80 e início dos anos 90, quando a renda per capita brasileira apresentou grandes oscilações, mas ficou estagnada entre 1981 e 1993. O gráfico 1 mostra o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior à linha de pobreza, definida como sendo a metade do salário mínimo e o percentual de pessoas com renda igual ou inferior à linha de indigência ou extrema pobreza, definida como sendo de um quarto do salário mínimo, para o Brasil, entre os anos de 1976 e 2008.

Gráfico 1: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior às linhas de pobreza e indigência, Brasil: 1976-2008



Fonte: IPEADATA, 2010, com base nos dados das PNADs do IBGE, visitado 20 abril de 2010

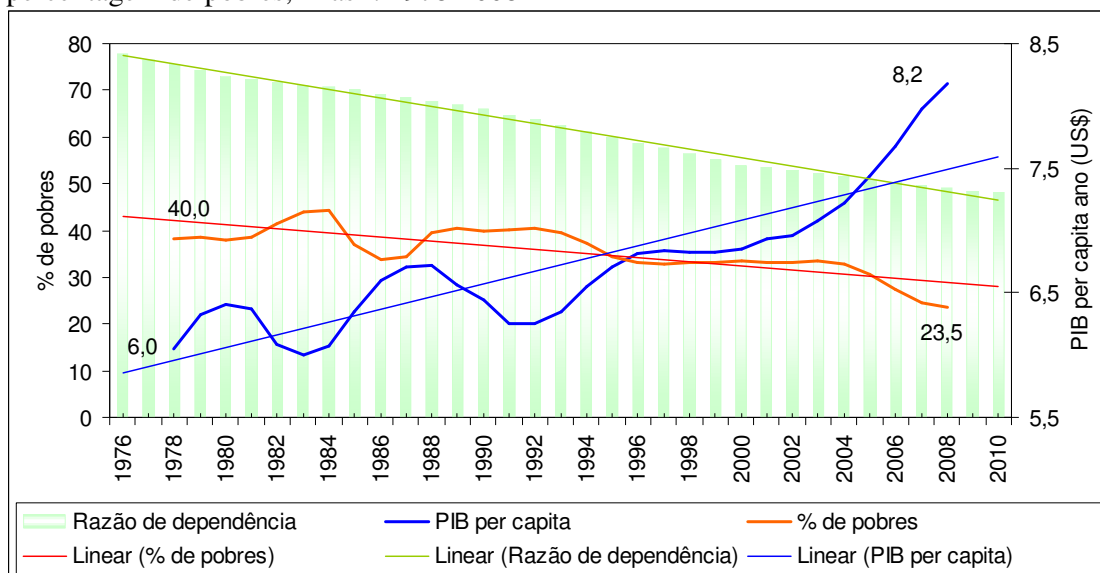
Nota: não houve aplicação da PNAD nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000.

Os dados são apresentados somente para os anos em que houve a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – do IBGE. Nota-se que o percentual de pobres no país, que vinha caindo na década de 1970, voltou a subir com a crise econômica do início dos anos 80, mantendo-se em torno de 40% até 1993, com exceção do ano de 1986, quando houve uma redução brusca da pobreza, em decorrência do Plano Cruzado, do governo Sarney.

Uma queda mais consistente da pobreza e da indigência aconteceu com o processo de eliminação da inflação, após o Plano Real, de 1994, implementado nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Pela primeira vez a taxa de pobreza ficou abaixo de 35% e a taxa de indigência ficou abaixo de 15%, mantendo-se aproximadamente nestes níveis até 2003. Aproveitando as conquistas anteriores, a queda mais acelerada da pobreza aconteceu já nos primeiros anos do século XXI, pois o percentual de pobres que se encontrava em 34% em 2003, caiu para 27% em 2006 e manteve a queda até atingir o recorde de baixa de 23% em 2008. A linha de indigência (extrema pobreza) ficou abaixo de 10%, a partir de 2006. O declínio mais consistente da pobreza e da indigência ocorreu nos últimos 15 anos.

Os dados estatísticos das três últimas décadas mostram que existe uma forte relação entre a mudança na estrutura etária, o crescimento econômico e a redução da pobreza no Brasil. O gráfico 2 apresenta os dados da razão de dependência demográfica e o percentual de pobres no país (eixo esquerdo) e do PIB per capita (eixo direito), no período 1978 a 2008. Os dados do PIB per capita e do percentual de pobres foram suavizados, por meio da média móvel trienal¹. Nota-se que a razão de dependência demográfica se reduziu continuamente durante todo o período, mostrando que as condições demográficas estavam favorecendo o crescimento econômico e a redução da pobreza, já que menor número de dependentes por família significa maior poder de consumo e de investimento, tanto ao nível micro, quanto ao nível macroeconômico.

Gráfico 2: Razão de dependência demográfica e média móvel do PIB per capita e da percentagem de pobres, Brasil: 1978-2008



Fonte: IPEADATA, 2010, visitado 20 abril de 2010.

¹ A média móvel de 1978, é a média aritmética dos dados dos anos 1977, 1978 e 1979. Somente no ano 2008, a média considera apenas os anos de 2007 e 2008.

Contudo, o crescimento do PIB não depende apenas da demografia e o gráfico mostra que a crise econômica (provocada pelo choque da dívida externa), que aconteceu entre 1981 e 1983, fez a pobreza atingir um nível acima de 40% da população. A recuperação da economia e o Plano Cruzado, do governo Sarney, fez a renda per capita crescer e o nível de pobreza se reduzir para cerca de 35%. Porém, o descontrole da hiperinflação no final do governo Sarney e as medidas de confisco adotadas pelo Plano Collor jogaram a economia na recessão e catapultaram a pobreza de volta ao patamar acima de 40% da população. Apesar das oscilações e dos pequenos ganhos, o crescimento da renda per capita e a redução da pobreza, no período 1981 a 1993, ficaram muito abaixo das tendências históricas do Brasil, no século XX.

A retomada do crescimento econômico com redução da pobreza aconteceu após a implantação do Plano Real, em 1994. No início do governo FHC, o PIB per capita brasileiro superou o nível existente no auge do Plano Cruzado (1986-1988) e a pobreza atingiu níveis inferiores aos recordes mínimos anteriores. O mais importante foi que a estabilidade monetária e a retomada da economia – mesmo que em ritmo relativamente lento – abriu a possibilidade de aproveitar o declínio da razão de dependência demográfica e garantir a redução da pobreza, mesmo que em ritmo modesto. É preciso lembrar que as condições da economia internacional, neste período, foram marcadas por baixo dinamismo devido à crise russa, à crise asiática, à crise argentina e aos atentados de 9 de setembro de 2001.

Este quadro não mudou muito em 2003 e 2004, os dois primeiros anos do governo Lula, pois a renda per capita cresceu lentamente e a pobreza apresentou pequena redução. Todavia, as condições demográficas, econômicas e sociais entraram em um círculo virtuoso a partir de 2004, aproveitando-se de uma situação internacional favorável. Evidentemente, as políticas públicas de recuperação do valor do salário mínimo e de expansão da proteção social, via Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) e ampliação do Programa Bolsa Família (PBF), deram um impulso considerável. Mas a mudança fundamental foi a aceleração do crescimento econômico, com incremento do emprego formal e redução das taxas de desemprego e do trabalho informal.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi essencial para o crescimento econômico e para a redução da pobreza. Entre 2001 e 2008 no Brasil, entraram 7,7 milhões de homens na população economicamente ativa (PEA) e 8,5 milhões de mulheres, sendo que o emprego formal e a redução do grau de informalidade, para ambos os sexos, tiveram os maiores ganhos após 2004. A maior presença de mulheres na PEA, em especial aquelas com maiores níveis educacionais, é fruto da redução das taxas de fecundidade, da menor razão de dependência e da transformação dos arranjos familiares, próprios da chamada segunda transição demográfica. De fato, as mulheres com menos filhos (especialmente crianças menores de idade) podem dar mais atenção ao estudo, ao emprego e às suas carreiras, tendo como compensação maiores salários e maiores rendimentos, em retorno ao capital humano adquirido. As pessoas pertencentes a famílias pequenas e com casais de dupla renda possuem maior poder de compra e menor vulnerabilidade social. Assim, o aumento das taxas de atividade feminina no mercado de trabalho acelera as mudanças demográficas e estas aceleram o crescimento econômico e a redução da pobreza.

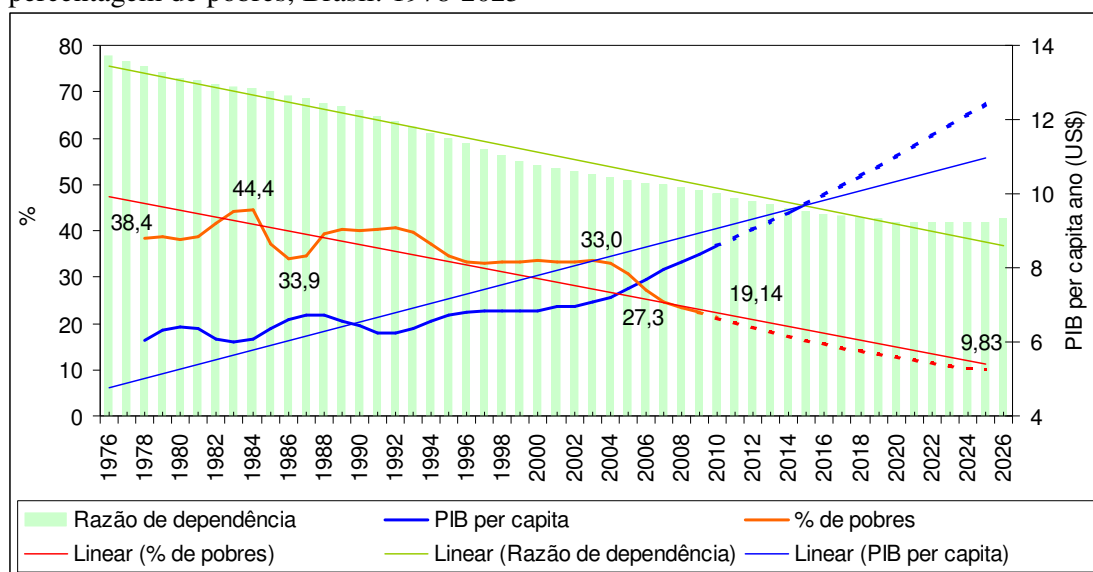
Desta forma, a mudança na estrutura etária provocada pela transição demográfica (menor fecundidade e maior esperança de vida) constitui uma verdadeira janela de oportunidade para a superação das condições de risco social no Brasil. Maior número de adultos trabalhando (ou aposentados e cobertos pelo sistema de proteção social) contribui para o crescimento da

“classe média”, pois ocorre um aumento da renda familiar total em um contexto de redução do número de dependentes na família. Os dados do IBGE mostram que o tamanho médio das famílias nas unidades domiciliares caiu de cerca de 5 pessoas em 1980 para 3,3 pessoas em 2008. Portanto, as condições demográficas têm sido favoráveis ao crescimento econômico, à redução da pobreza e à mobilidade social ascendente.

A questão que se coloca no processo eleitoral de 2010 é como construir um programa para dar continuidade ao círculo virtuoso que teve início depois do Plano Real (final do governo Itamar Franco) e prosseguiu nos dois governos dos dois últimos Presidentes da República, em especial, no segundo governo Lula.

O gráfico 3 mostra que manter as tendências dos últimos anos não é uma missão impossível. Ao contrário, se o Brasil apresentar um crescimento da renda per capita de 2,5% ao ano (abaixo dos 2,6% aa que foi a média do século XX) e uma redução de 5%, ao ano, nas taxas de pobreza (tendência ocorrida na primeira década do século XXI) poderá chegar em 2025 com uma renda per capita anual de US\$ 12,5 mil (50% superior que a média de 2009). A pobreza que estava em 33% em 2004, chegou a 27,3%, em 2006, deve ficar abaixo de 20% a partir de 2012 e atingir uma taxa abaixo de 10%, em 2025. A indigência, ou extrema pobreza, seguindo as reduções recentes, pode ser praticamente erradicada (ou mantida em nível residual) até 2015, ano de referência para se atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Gráfico 3: Razão de dependência demográfica e média móvel do PIB per capita e da percentagem de pobres, Brasil: 1978-2025



Fonte: IPEADATA, 2010, visitado 20 abril de 2010 e estimativa até 2025 (crescimento da renda per capita em 2,5% aa e redução em 5% ao ano da pobreza).

Nota: não houve aplicação da PNAD nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000.

Como se vê no gráfico 3, a razão de dependência demográfica vai continuar caindo até 2020 e ficar estabilizada até o ano de 2025, quando deve atingir um patamar que é cerca da metade dos números de dependência do final da década de 1970. Isto significa que o Brasil vai

continuar contando com um bônus demográfico nos próximos 15 anos. A partir de 2025 haverá redução da população em idade ativa (PIA), reversão da curva de razão de dependência e aceleração do envelhecimento populacional. Porém, ainda temos uma janela de oportunidade, pois, mesmo sendo um período relativamente curto, a hora é agora e o tempo é suficiente. O Brasil tem todas as condições para avançar bastante em termos sociais, nos próximos anos, e não está condenado a envelhecer antes de enriquecer e reduzir substancialmente a pobreza. Por fim, é preciso registrar que o possível círculo virtuoso nos próximos 15 anos no Brasil necessita combinar crescimento econômico sustentado, com desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental.

Na longa trajetória de crescimento da renda per capita do Brasil, o período de estagnação e crises turbulentas, compreendido entre 1981 e 1993, é uma exceção. Atualmente, o país não cresce mais no ritmo acelerado que cresceu nas décadas de 1950 e 1970. A cadência de incremento da população e da economia é mais lenta e o Brasil deixou de elevar sua participação no PIB mundial e no comércio internacional, desde 1980. Contudo, a economia brasileira tem crescido na média da economia mundial nos anos mais recentes. Se nestas eleições de 2010, os candidatos à Presidência da República, e suas coligações partidárias, assumirem o compromisso de manter e dar continuidade às tendências dos últimos 15 anos, poderemos ter outros 15 anos de construção de um país mais próspero e justo.

ⁱ Professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Tel: (21) 2142 4696 E-mail: jed_alves@yahoo.com.br. Artigo publicado no site Aparte, inclusão social em debate (<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>), em 01 de maio de 2010.